

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	01000/09
Data do Acórdão:	10-03-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	ALFREDO MADUREIRA
Descritores:	VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS GRADUAÇÃO DE CRÉDITOS IRC PRIVILÉGIO IMOBILIÁRIO GERAL
Sumário:	<p>I - O artigo 240º do CPPT deve ser interpretado amplamente em termos de abranger não só os credores que gozem de garantia real <i>stricto sensu</i>, mas também aqueles a que a lei substantiva confere causas legítimas de preferência, nomeadamente privilégios creditórios.</p> <p>II - Os créditos da Fazenda Pública emergentes de dívidas de IRC - artigo 108º do CIRC - gozando apenas de privilégio mobiliário e imobiliário geral e não beneficiando de direito real de garantia devem, apesar disso e nos termos referido preceito do CPPT, se reclamados, ser porventura admitidos e depois graduados para serem pagos no concurso de credores.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P11564
Nº do Documento:	SA22010031001000
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido 1:	A...
Votação:	UNANIMIDADE

--	--

Aditamento:	
-------------	--

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p>Em conferência, acordam os Juízes da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</p> <p>A Fazenda Pública interpôs recurso para este Supremo Tribunal Administrativo da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel que julgou não verificados os créditos por aquela reclamados, respeitantes a IRC, dos anos de 2004 e 2005.</p> <p>Apresentou tempestivamente as respectivas alegações de</p>
-----------------	---

recurso, formulando, a final, as seguintes conclusões:

*A. O crédito de IRC de 2004 e 2005, reclamado pela Fazenda Pública, beneficia de privilégio creditório imobiliário, e encontra-se abrangido pelos três anos anteriores ao da penhora, nos termos do art.º 111.º do CIRS.*

*B. O privilégio creditório consiste na faculdade que a lei substantiva concede, em atenção à causa do crédito, de ser pago com preferência em relação a outros credores;*

*C. O privilégio creditório geral, sendo uma mera preferência de pagamento, não implica o afastamento do crédito que dele beneficia, da reclamação e graduação no lugar que lhe competir;*

*D. A admissão ao concurso de credores constitui a razão de ser da atribuição do privilégio creditório;*

*E. Exigir a esse credor que, para fazer valer o privilégio, obtivesse penhora ou hipoteca, seria deixar sem sentido útil o falado artigo 111.º do Código do CIRS, pois, nesse caso, o seu crédito passaria a dispor de garantia real, sendo-lhe inútil o privilégio.*

*F. O art.º 240.º do CPPT deve ser interpretado no sentido de conferir dimensão lata à expressão credores que gozem de garantia real, por forma a abranger não apenas os credores que gozem de garantia real stricto sensu, mas também aqueles a quem a lei atribui causas legítimas de preferência, como os privilégios creditórios imobiliários, ainda que não especiais;*

*G. O crédito reclamado de IRC de 2004 e 2005, e respectivos juros de mora, deve ser graduado logo após os créditos garantidos por hipoteca, e antes dos garantidos apenas por penhora, de harmonia com o previsto nos art.ºs 747.º n.º 1 e 822 do CC.*

*H. A douda sentença recorrida violou o disposto no art.º 240.º do CPPT, nos art.ºs 733.º, 747.º, 822.º do CC. , 111.º do CIRS., e 8.º do DL. n.º 73/99.*

Conclui pedindo, na consequência do provimento deste seu recurso jurisdicional, seja revogada a sindicada sentença e substituída por outra que admita, reconheça e gradue o questionado crédito porque garantido por privilégio imobiliário – cfr. art.º 111.º do CIRC -.

Não foram apresentadas contra-alegações.

Neste Supremo Tribunal Administrativo o Ex.mo Magistrado do Ministério Público emitiu depois fundamentado parecer e, dando nota da abundante jurisprudência existente sobre a questão decidenda, opinou

no sentido do provimento do recurso, devendo, em consequência, admitir-se, reconhecer-se e graduar-se o questionado crédito resultante da dívida de IRC, respeitante ao exercício de 2005.

Colhidos os vistos legais e porque nada obsta cumprir apreciar e decidir.

O tribunal recorrido deu como provados os seguintes factos:

*Em 30.06.2005 o Serviço de Finanças de Marco de Canaveses instaurou contra a sociedade “B..., Lda”, a execução fiscal n.º 1813-2005/01032240 por dívidas relativas a IVA do exercício de 2005, IRC do exercício de 2004, IRS de 2005 e Coimas Fiscais.*

*Como não foram encontrados bens à executada e estavam em dívida vários créditos fiscais, o Serviço de Finanças reverteu a execução contra A... como responsável subsidiário pelo pagamento das dívidas tributárias.*

*Assim, em 29 de Maio de 2007, o Serviço de Finanças procedeu à penhora do prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia de Alpendurada, Concelho de Marco de Canaveses sob o art.º 2201 “AS” descrito na CRP sob o n.º 01263/020498 - AS, que pertencia ao executado subsidiário.*

*Esta penhora foi efectuada para garantia dos créditos exequendos supra identificados.*

*A penhora foi registada na CRP pela Apresentação n.º 30 de 20070531.*

*São credores reclamantes:*

*1.º - A Caixa Económica Montepio Geral por crédito relativo a mútuo garantido por hipoteca registada a seu favor na CRP pela Apresentação n.º 25/070598 de 2006.06.06.*

*2.º - A Fazenda Pública por créditos relativos ao IRC de 2004 e 2005 e ao IMI de 2006 e 2007, estes inscritos para cobrança em 2008, após a data da penhora.*

*Com base nesta factualidade e além do mais a sindicada sentença considerou que*

*O crédito reclamado de IRC relativo ao exercício de 2005 goza de privilégio imobiliário geral nos termos do art. 108º do CIRC.*

*Todavia este privilégio não constitui uma garantia real pelo que nos termos do art. 240º, n.º 1 do CPPT não pode ser reclamado e graduado porque não goza de garantia real, designadamente, de penhora.*

*Em consequência, julgou verificados os demais créditos*

reclamados e exequendos e procedeu à sua graduação pela seguinte forma:

*1.º - O crédito reclamado pelo Montepio Geral (porque goza de garantia real constituída por hipoteca).*

*2.º - Os créditos exequendo e reclamado pela Fazenda Pública de IRC de 2004 e IRS de 2005 porque gozam de privilégio imobiliário geral e de garantia real constituída pela penhora.*

*3.º - Os créditos exequendos de IVA do exercício de 2005 e as coimas fiscais porque gozam de garantia real constituída pela penhora.*

Ora, é contra o assim decidido que se insurge a Fazenda Pública, nos termos das transcritas conclusões do presente recurso jurisdicional, designadamente quanto à desconsideração dos créditos que reclamara e relativos a IRC de 2004 e 2005.

Não obstante a Fazenda Pública invocar expressamente a não verificação e consequente graduação do crédito respeitante a IRC de 2004, o certo é que este crédito foi admitido e graduado em 2º lugar pela sindicada sentença – cfr. fls. 71 dos autos -.

O mesmo não ocorre efectivamente quanto ao crédito igualmente reclamado e referente a IRC de 2005.

Relativamente a este, como se deixa dito, a sindicada sentença afirmou que gozava de privilégio imobiliário geral nos termos do artigo 108.º do CIRC, mas que não podia ser reclamado e graduado porque não goza de garantia real, designadamente de penhora.

A este sentido decisório subjaz entendimento bem restritivo do alcance que deve dar-se à interpretação do disposto no artigo 240º n.º 1 do CPPT, questão jurídica sobre a qual, aliás e como bem atentamente nota o Ilustre Magistrado do Ministério Público, este Supremo Tribunal tem produzido abundante e uniforme jurisprudência no claro sentido de que

*Aquele preceito, o convocado e aplicável artigo 240 n.º 1 do CPPT deve ser interpretado amplamente, de modo a terem-se por abrangidos na sua estatuição, não apenas os credores que gozam de garantia real, stricto sensu, mas também aqueles a que a lei substantiva atribui causas legítimas de preferência, designadamente privilégios creditórios”,* do sumário do acórdão do Pleno desta Secção de 13.04.2005, processo n.º 442/04 – No mesmo sentido podem ainda ver-se, também do Pleno da Secção, o acórdão de 18.05.2005, processo n.º 612/04 e, da

Secção, de 04.02.2004, processo n.º 2078/03, de 13.05.09, processo n.º 185/09 e ainda de 18.11.09, processo n.º 920/09.

Tem-se entendido, com efeito, que o facto de a preferência decorrente do privilégio geral não resultar de uma garantia real, em sentido próprio, não significa que o credor que daquele privilégio beneficia não deva ser admitido a requerer a verificação e graduação do seu crédito, tendo em vista obter pagamento pelas forças do produto da venda do imóvel penhorado.

De resto, o n.º 2 do artigo 604.º do Código Civil aponta como “*causas legítimas de preferência, além de outras admitidas na lei, a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca, o privilégio e o direito de retenção*” (acórdão de 04/02/04 proferido no processo n.º 2078/03 desta Secção que também concordantemente se debruçou sobre a questão subjacente.)

E a este propósito salienta que “*Assim o impõe a unidade do sistema jurídico, pois não faria sentido que a lei substantiva estabelecesse uma prioridade no pagamento do crédito (...) e a lei adjectiva obstasse à concretização da preferência, impedindo o credor privilegiado de acorrer ao concurso*”.

Exigir a esse credor que, para fazer valer o privilégio, obtivesse penhora ou hipoteca, seria deixar sem sentido útil o artigo 111.º do Código do CIRS, o qual dispõe que “*Para pagamento do IRS relativo aos três últimos anos, a Fazenda Pública goza de privilégio mobiliário sobre os bens existentes no património do sujeito passivo à data da penhora ou outro acto equivalente*”.

A levar a efeito tal exigência, o seu crédito passaria a dispor de garantia real, sendo-lhe inútil o privilégio legalmente conferido.

Deste modo, o artigo n.º 240.º, n.º 1 do CPPT, ao afirmar que “*podem reclamar os seus créditos (...) os credores que gozem de garantia real sobre os bens penhorados*”, deve ser interpretado amplamente, de modo a terem-se por abrangidos na sua estatuição, não apenas os credores que gozem de garantia real, *stricto sensu*, mas também aqueles a quem a lei substantiva atribui causas legítimas de preferência, designadamente, privilégios creditórios.

Pelo exposto, acordam os Juízes desta Secção do Supremo Tribunal Administrativo em conceder provimento ao recurso, revogar a sentença recorrida, na parte impugnada, e, em consequência, graduar também o reclamado crédito

de IRC referente ao exercício de 2005 e respectivos juros, no lugar que lhes compete, isto é, em segundo lugar da graduação operada, juntamente com os de IRC 2004 e IRS 2005 aí graduados.

Sem custas.

Lisboa, 10 de Março de 2010. – *Alfredo Madureira*  
(relator) – *Brandão de Pinho* – *Pimenta do Vale*.